



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A EXPANSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS IMPLICAÇÕES SOBRE CONSUMO E PREÇOS DE ALIMENTOS: O CASO DE VIÇOSA/MG

CRISTIANA TRISTÃO RODRIGUES; ADRIANO PROVEZANO GOMES; ROBERTO SERPA DIAS;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

VIÇOSA - MG - BRASIL

apggomes@ufv.br

PÔSTER

Comercialização, Mercados e Preços

A expansão do Programa Bolsa Família e as implicações sobre consumo e preços de alimentos: o caso de Viçosa/MG

Grupo de Pesquisa: Comercialização, Mercados e Preços

Resumo

Programas de transferência de renda como o Bolsa Família (PBF) podem exercer pressão sobre a demanda interna de alimentos. Este fato merece atenção, principalmente, diante do cenário internacional de alta inflacionária para o grupo alimentação, registrado no ano de 2007, e a tendência de continuidade para 2008. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar os possíveis impactos da expansão do (PBF) sobre o consumo e preço de alimentos. Os resultados revelaram uma alta ERD para a alimentação no domicílio, bem como para alguns itens que compõem este subgrupo. O resultado mostrou-se preocupante, pois justamente os produtos de maior ERD, ou seja, que terão um maior incremento em seu dispêndio a partir de um aumento da renda, são os que têm apresentando alta inflacionária, como é o caso principalmente do leite e seus derivados. Por fim, procurou-se destacar o fato de que a inflação terá impacto diferenciado nas diferentes classes de renda. Portanto, uma alta inflacionária merece atenção dos formuladores de políticas públicas, já que esta tende a recair principalmente sobre as famílias de baixa renda.

Palavras-chaves: Programa Bolsa Família, Consumo Alimentar, Inflação de Alimentos.

Abstract

Programs of transfer of income as the Family Grant Program (PBF) it can press the internal demand of foods. This fact deserves attention, mainly, before the international



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



scenery of high inflationary for the group alimentation, registered the year of 2007, and the continuity tendency for 2008. Before that, the present study had as objective analyzes the possible impacts of the expansion of the (PBF) on the consumption and price of foods. The results revealed a high ERD, for the feeding in the home, as well as for some items that compose this subgroup. The result was preoccupying, because exactly products with high elasticity-income, in other words, that have a larger increment in expenditure starting from an increase of the income, has also been presenting price elevation, as it is the case mainly of the milk and yours derived. Finally, it sought to detach the fact that the inflation will have impact differentiated in the different classes of income. Therefore, an high inflationary deserves attention of the creator of public politics, since this tends to relapse mainly on the families of low income.

Key Words: Family Grant Program, Alimentary Consumption, Inflation of Foods.



1. INTRODUÇÃO

1.1. O Programa Bolsa Família como estratégia de combate à fome no Brasil

1.1.1. O Programa Bolsa Família

Atualmente, no combate à pobreza e como política de transferência de renda, o governo federal conta, principalmente, com o Programa Bolsa Família (PBF), que está sob o amparo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades positivas, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Os valores pagos por este programa variam de R\$18,00 (dezoito reais) a R\$112,00 (cento e doze reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças, gestantes e nutrízes.

Tal programa tem demonstrado uma expansão rápida, tendo sido introduzido em todos os 5561 municípios dos 26 estados e no Distrito Federal. O número de famílias atendidas passou de 7,63 milhões, em setembro de 2005, para 11 milhões, em março deste ano, ou seja, uma evolução de 44%.

O PBF está atendendo a cerca de 45,8 milhões de pessoas neste ano, de acordo com informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Segundo estimativas do IBGE, a população brasileira é de quase 190 milhões de pessoas. Ou seja, de acordo com os números divulgados pelo ministério, um em cada quatro brasileiros está sendo beneficiado.

A população do município de Viçosa, com 71.624 habitantes, conforme IBGE (2004), também tem sido contemplada com os benefícios do PBF. De acordo com os dados do programa na cidade, 2950 famílias estavam sendo atendidas no final de 2007. A estimativa em 2004 do número de famílias pobres, ou seja, com perfil bolsa família – renda *per capita* familiar até R\$120,00 – era de 2971. Sendo assim, pode-se concluir que praticamente toda a população-alvo tem sido atendida.

1.1.2. O impacto dos programas de transferência de renda (Bolsa-Família)

As transferências de recursos pelos programas sociais do governo federal às famílias pobres estão assumindo peso crescente na composição da renda disponível para o consumo. Sendo assim, os programas de transferência de renda podem exercer pressão sobre a demanda interna. Dada a rápida expansão do programa, esta é uma observação evidente. Logo, é imperativo que o programa receba atenção especial.

Já são R\$ 8,7 bilhões injetados na economia pelo PBF, o que representa quase 0,5% do PIB. Embora o valor não seja tão alto, merece atenção para possíveis impactos inflacionários, principalmente diante da conjuntura mundial atual, em que choques de oferta e de demanda têm contribuído para pressionar a alta inflacionária.

Segundo a teoria econômica de inspiração *keynesiana*, o gasto que o governo efetua resulta em novas demandas, gerando um processo que tem continuidade na cadeia produtiva. No caso de transferência de renda às famílias, o impacto variará de



acordo com a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade, maior será o impacto. No caso da população-alvo do Bolsa Família, principalmente junto às famílias definidas como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas, quando não “igual” a 1 (MARQUES, 2005).

A expansão da renda afeta de forma significativa o comportamento de consumo, já que o rendimento mensal é uma das variáveis que mais afetam o consumo familiar. Diante de um aumento de renda para as famílias carentes, elas tendem, na maioria das vezes, a destinar os seus recursos para o grupo alimentação. Portanto, a pressão sobre a demanda ocorrerá principalmente sobre os gêneros alimentícios.

Há indicações de que quando a família recebe dinheiro, ao invés de comprar alimentos, faz-se uso destes recursos para outros fins. Caso as famílias tenham a intenção de utilizar o dinheiro de outras formas, que não para alimentação, elas encontram motivos para tal, pois vivenciam múltiplas necessidades. No entanto, de acordo com BURLANDY (2007), estudos vêm indicando que, no caso dos programas de Transferência Condicionada de Renda, os recursos transferidos são utilizados prioritariamente para a aquisição de alimentos.

Uma avaliação do Programa Bolsa Alimentação (PBA), posteriormente unificado no PBF, indicou que as famílias atendidas apresentaram maior Propensão Marginal ao Consumo de Alimentos (PMCA), ou seja, gastaram proporcionalmente mais em alimentos para cada unidade monetária (R\$ 1,00) adicionada à renda familiar, aumentando a quantidade de alimentos consumidos e diversificando a alimentação – tendência maior de gastos com frutas, verduras e carnes (BURLANDY, 2007). Um estudo mais detalhado permite identificar quais alimentos serão mais demandados, dado o aumento na renda.

A PMCA, a partir do incremento de renda, varia entre os diferentes segmentos socioeconômicos e estudos vêm indicando que nos segmentos mais pobres a elasticidade da renda para o consumo de alimentos, em geral, oscila entre 0.6 e 0.8, ou seja, 8% a 10% da renda transferida é gasta com alimentos. Logo, a alimentação nestes casos pode ser fortemente impactada pela transferência de renda, porque a PMCA é alta. (BURLANDY, 2007).

Em síntese, a expansão da renda afeta de forma significativa o comportamento de consumo, já que os recursos transferidos serão utilizados prioritariamente para a aquisição de alimentos, haja vista que o rendimento mensal das famílias de baixa renda é direcionado em sua maior parte para este grupo. Cabe, portanto, ressaltar a importância de se conhecer a forma de alocação dos recursos dentro do grupo de consumo alimentação, dado um aumento na renda, verificando-se qual será o impacto do aumento da renda no consumo dos produtos alimentícios, ou seja, como se dará o aumento de demanda.

1.2. O problema da inflação de Alimentos em 2007 e a tendência de continuidade para 2008

Historicamente, aceita-se como irreversível a regra de que os preços dos produtos agrícolas tendem a apresentar quedas reais, ou seja, a subir menos que a



inflação. Estas quedas são explicadas principalmente por ganhos de produtividade na agricultura, isto é, a capacidade do setor de continuar se expandindo mesmo com quedas reais nos seus preços. Porém, uma série de questões sociais, estruturais, fiscais e econômicas mundiais tem influenciado para a alteração no patamar dos preços de alimentos.

O ano de 2007 vai entrar nos registros históricos como o ano da inflação da alimentação. No Brasil, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) fechou o ano de 2007 com alta de 4,46% - uma alta de 42% sobre o indicador de 2006, que subiu 3,14%. O IPCA de 2007 reverteu a tendência de queda registrada nos cinco anos anteriores, iniciada em 2003. Neste ano, a inflação pelo IPCA foi de 9,30%; 7,60% em 2004; 5,69% em 2005 e 3,14% em 2006, quebrando a trajetória consecutiva de desaceleração em 2007. Os produtos alimentícios foram os responsáveis pela quebra na expectativa, levando a inflação de 2007 a encostar-se ao centro da meta definida pelo Banco Central, de 4,5%.

Alimentos e bebidas, que subiram 10,79% em 2007, foram responsáveis por cerca de metade da inflação do ano, ou seja, 2,1 pontos percentuais do total. Nesse item, que tem peso de 21,44% na despesa das famílias, as maiores altas foram nos preços de carnes, leite e derivados. Entre esses produtos, as carnes tiveram a maior contribuição para o IPCA de 2007, com alta de 22,15%, respondendo por 0,39 pontos percentuais do índice total. O grupo leite e derivados aparece como segunda maior contribuição, de 0,36 pontos percentuais no IPCA, com alta de 13,79% em 2007. Já o preço do feijão, registrou alta de 109,20%, em média.

Segundo o IBGE, o aumento da demanda até tem contribuído para pressionar esses preços. No Brasil, a demanda crescente, externa e interna, tem afetado não só os preços agrícolas. Os preços dos serviços e o custo da mão-de-obra também refletem a atividade econômica mais intensa. O aumento do emprego, a ampliação do crédito, a política fiscal expansionista e o crescimento das exportações - apesar do câmbio valorizado - têm contribuído para a aceleração da alta dos preços (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007). Todavia, ainda segundo o IBGE, prevaleceram fatores do lado da oferta para a alta inflação nos gêneros alimentícios: condições climáticas desfavoráveis, com quebra de safra em regiões afetadas pela seca, preços elevados dos produtos agrícolas no mercado internacional, aumento das exportações estimulado pela redução da oferta em países produtores e redução de safra por baixa remuneração dos produtores em períodos anteriores.

Alguns especialistas acreditam que a atual alta nos preços dos alimentos seja normal, tendo em vista que alguns preços estavam defasados e que a inflação de alimentos está ligada geralmente a um choque de oferta transitório. Sendo assim, a elevação dos preços tende a se dissipar com o tempo. Os preços tendem a retornar a seus níveis originais na medida em que a oferta de produtos se regulariza.

Por outro lado, há evidências de que a recente elevação da inflação de alimentos mundial ocorre não apenas devido a fatores de oferta, mas também a fatores de demanda. Se a elevação de preços tiver origem na pressão de demanda, pode ser necessária uma ação preventiva, justificando-se, portanto, a postura parcimoniosa na condução da política monetária.



Existem diversos fatores relacionados à expansão da demanda na conjuntura mundial atual que podem influenciar sobremaneira a alta nos preços de alimentos. Cabe aqui, portanto, mencionar alguns deles, ressaltando o agravante de que alguns desses fatores tendem a provocar um efeito em cadeia de aumento de preços.

A expansão da demanda global, puxada principalmente pelos países emergentes e pelos produtores de petróleo, tem elevado de forma permanente o nível de demanda. Nesse sentido, de acordo com Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, a grande demanda mundial por alimentos vem da Ásia, especialmente da China, em consequência do crescimento econômico e do aumento de renda de muitos milhões de consumidores.

Esses fatores de demanda irão influenciar principalmente a elevação da “inflação agrária”. Assim, o chinês médio que consumia 20kg de carne em 1985, por exemplo, atingirá até 50kg do produto neste ano de 2007. Isso, por sua vez, pressiona a demanda por grãos: é preciso 8kg de grãos para produzir um de carne (CAUSA OPERÁRIA *ON LINE*, 2008). Essa alta inflacionária na China pode provocar um mecanismo de reação em cadeia da economia mundial, afetando diretamente e em primeiro lugar a economia norte-americana.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o problema da alta dos preços dos alimentos é a demanda elevada por trigo, milho e outros produtos, que não consegue ser atendida nem pela elevação da produção observada em 2007, com uma safra global de cereais em volume recorde – 2,1 bilhões de toneladas – e que, em 2008, a produção tende a ser ainda maior. O motivo é o crescimento vertiginoso na produção de etanol, o que também está contribuindo para a alta nos preços de alimentos.

Os biocombustíveis consumirão, neste ano, um terço da colheita (recorde) de milho nos EUA. Isso afeta os mercados de alimentos diretamente: encher o tanque de uma caminhonete com etanol consome praticamente a quantidade necessária de milho para alimentar uma pessoa durante um ano. Indiretamente, isto as afeta, na medida em que os fazendeiros passam a plantar milho ao invés de outros alimentos (CAUSA OPERÁRIA *ON LINE*, 2008). Aumentos nos preços destes alimentos que servem também como matérias primas, como soja e milho, podem ainda impactar em aumentos de preços de produtos finais como a ração e, conseqüentemente, a própria carne e hortifrutigranjeiros.

Além disso, o petróleo mais caro tem afetado os preços de insumos agroquímicos, devido ao aumento dos custos dos transportes, o que pode se transformar em um efeito em cadeia de aumento de preços. Neste sentido, NASSAR (2007) acredita que a razão central para a mudança nos patamares de preços de alimentos é o aumento dos custos, em especial dos fertilizantes, e os insumos mais sensíveis aos preços do petróleo e às cotações dos fretes internacionais. No caso de um produtor de leite, gado de corte, frango e porco, embora os fertilizantes tendam a pesar menos na conta do custo, o crescimento do preço das rações faz o contraponto.

Em suma, a elevação da inflação de alimentos decorrente da restrição da oferta de *commodities* agrícola, combinada com a elevação global da demanda, parece ter contribuído para a reversão da tendência de queda da inflação. Parece razoável ainda considerar que os fatores associados à expansão da demanda doméstica e internacional



estão exercendo importante papel sobre a elevação de preços dos alimentos, tanto no Brasil como em outros países.

Diante deste cenário nacional e internacional apresentado, que, por inúmeros fatores, é de incertezas, aliás, muito maiores do que as observadas nos últimos anos, inicia-se 2008 em estado de alerta.

No entanto, embora a conjuntura econômica mundial exija mais atenção quanto às pressões inflacionárias dos alimentos, muitos especialistas acreditam que em 2008 o cenário de inflação seja mais moderado do que foi observado em 2007. De acordo com Boletim da FGV (Janeiro de 2008), esta moderação ocorrerá devido ao acréscimo da produção, estimulada pelos aumentos de preços registrados em 2007. Para este ano, os alimentos vão continuar pressionando a inflação, mas não com a mesma intensidade como foi em 2007.

Apesar destas previsões de arrefecimento dos preços de alimentos, é razoável considerar que as pressões inflacionárias também podem continuar altas em 2008. Assim como acreditam os economistas do IBGE, o grupo dos alimentos e bebidas deve continuar sendo "foco de atenção", uma vez que vai continuar pressionando a inflação.

Há indicações de que os preços das *commodities* devam se manter em níveis elevados ao longo do próximo ano. Com alta nas cotações internacionais dos grãos, haverá também o incremento dos custos dos insumos utilizados na produção de carnes, leites e ovos.

Os produtos que são destaques para pressionarem a alta dos preços de alimentos são os cereais (trigo, soja e milho) e os preços da carne e dos laticínios devem manter o movimento ascendente.

A pressão fiscal deverá exercer influências para a continuidade da alta inflação em 2008, já que – de acordo com os autores do Relatório de Inflação – os gastos públicos, incluídas as transferências de renda, devem continuar inflando a demanda. A expansão da despesa governamental está indicada na proposta orçamentária recém-mandada ao Congresso Nacional. É válido dar atenção a esse detalhe, que também representa a maior demanda pelos produtos diante do aumento da renda da população.

Portanto, vale ressaltar que o aumento da demanda interna devido às transferências de renda, somado ao cenário internacional de alta inflacionária para o grupo alimentação registrado no ano de 2007 e a tendência de continuidade para 2008 requerem maior atenção por parte dos formuladores de política econômica e políticas públicas.

A inflação de alimentos é muito volátil e influenciada por diversos fatores. Portanto, é considerada precipitada qualquer previsão mais rigorosa sobre a inflação de 2008. O que se procura fazer é um alerta sobre a questão de tendência de alta dos preços de alimentos em 2008 e até mesmo para um período mais longo.

Em síntese, procura-se ter, por precaução, um comportamento *ex ante* diante de um cenário negativo. Porém, o mesmo deve ser feito frente a um cenário favorável, com as perspectivas plausíveis de aumento dos investimentos, podendo-se, então, reverter a situação.



1.3. Objetivo

O objetivo geral deste estudo foi identificar os possíveis impactos de programas de transferência de renda, particularmente do programa bolsa família (PBF), sobre o consumo e preços de alimentos, analisando-se o caso da população de Viçosa-MG.

2. METODOLOGIA

2.1. Estimação das elasticidades

Após identificar a evolução nos padrões de consumo da população de Viçosa e os seus impactos distributivos nas variáveis de desempenho socioeconômico, pode-se tentar quantificar o impacto que a variável renda exerce sobre o dispêndio com determinado grupo de consumo. Para isso, serão calculadas elasticidades que medem a mudança percentual do dispêndio com determinado grupo de consumo devido a uma mudança percentual na variável dependente, neste caso a renda do consumidor. Esta elasticidade é encontrada pela razão entre a variação percentual do dispêndio com o grupo de consumo e a variação percentual na renda.

Considerando duas variáveis Y e X, a elasticidade de Y em relação a X é dada por:

$$\varepsilon = \frac{\Delta\% Y}{\Delta\% X} = \frac{\partial Y}{\partial X} \frac{X}{Y} \quad (1)$$

Sabendo que Y é o dispêndio com determinado grupo, $\frac{\partial Y}{\partial X}$ representa o dispêndio marginal, ou seja, a variação no dispêndio causada pelo acréscimo de uma unidade da variável explicativa X, a renda. Por outro lado, $\frac{Y}{X}$ representa a parcela de gasto da renda com determinado grupo. Assim, $\frac{X}{Y}$ é a inversa desta parcela. Com isso, a elasticidade do dispêndio para os grupos de consumo em relação à renda pode ser escrita como:

$$\varepsilon = \frac{\frac{\partial Y}{\partial X}}{\frac{Y}{X}} \quad (2)$$

Para o cálculo das elasticidades, pode-se estimar uma função do tipo *Cobb-Douglas*, cuja variável dependente é o dispêndio com determinado grupo, sendo explicada por uma série de variáveis, da seguinte forma.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



$$Y = \alpha \prod_{i=1}^n X_i^{\beta_i} \quad (3)$$

Considerando duas variáveis explicativas (X_1 e X_2), tem-se:

$$Y = \alpha X_1^{\beta_1} X_2^{\beta_2} \quad (4)$$

O dispêndio marginal de X_1 é dada por:

$$\frac{\partial Y}{\partial X_1} = \beta_1 \alpha X_1^{\beta_1-1} X_2^{\beta_2} \quad (5)$$

$$\frac{Y}{X_1} = \frac{\alpha X_1^{\beta_1} X_2^{\beta_2}}{X_1} = \alpha X_1^{\beta_1-1} X_2^{\beta_2} \quad (6)$$

Com isso, a elasticidade do dispêndio com determinado grupo em relação a X_1 é dada por:

$$\varepsilon = \frac{\beta_1 \alpha X_1^{\beta_1-1} X_2^{\beta_2}}{\alpha X_1^{\beta_1-1} X_2^{\beta_2}} = \beta_1 \quad (7)$$

Isso significa que em uma função do tipo *Cobb-Douglas*, o parâmetro da variável fornece diretamente a sua elasticidade.

3. RESULTADOS

3.1. Comportamento de Consumo Alimentar – Elasticidades - Renda do Dispêndio

A análise dos resultados tem como base a importância do conhecimento do comportamento de consumo, no que se refere à forma de alocação dos recursos dentro do grupo de consumo alimentação, dado um aumento na renda. Estes resultados permitem verificar qual será o impacto do aumento da renda no consumo dos produtos alimentícios.

Nesta seção, foi analisada a sensibilidade do dispêndio de itens do subgrupo alimentação no domicílio, a uma variação na renda para consumidores com rendimento mensal inferior a um salário mínimo. Em outras palavras, analisou-se a variação percentual no dispêndio gasto em determinado item de consumo alimentar, dada uma variação percentual na renda do consumidor, *ceteris paribus*.

Dependendo dos valores encontrados para as elasticidades-renda do dispêndio (E_{RD}), pode-se fazer uma classificação dos bens consumidos: se $E_{RD} > 1$, significa que este é um Bem Superior (ou bem de luxo) – dada uma variação na renda, o dispêndio varia



mais que proporcionalmente; se $0 < E_{RD} < 1$: Bem Normal – o dispêndio aumenta quando a renda aumenta; se $E_{RD} < 0$: Bem Inferior – o dispêndio cai quando a renda aumenta; se $E_{RD} = 0$: Bem de Consumo Saciado – variações na renda não alteram o dispêndio com este bem. Ou seja, a variável renda não é importante para explicar o comportamento do dispêndio com este bem.

O grupo alimentação, normalmente, não deve ter uma grande influência da renda nas suas aquisições. A população de Viçosa como um todo, por exemplo, tem apresentado baixa E_{RD} para o grupo alimentação, conforme se pode ver pela Tabela 1. De acordo com dados da POF de 1992, a E_{RD} era de 0,57. Em 2005, estes dados apresentaram uma queda, sendo a $E_{RD} = 0,45$. Esse resultado é condizente com a teoria, pois se espera que um bem necessário como alimentação apresente baixa E_{RD} .

As famílias somente terão uma maior sensibilidade no dispêndio com este grupo devido a um aumento na renda, quando os gastos com alimentação ainda forem um item fundamental no orçamento das famílias. Sendo assim, as famílias de baixa renda tenderão a apresentar uma alta elasticidade-renda do dispêndio para o grupo alimentação, pois elas tendem, em sua maioria, a direcionar os seus recursos para este grupo, dado um aumento na renda, já que este é um bem de maior necessidade na sua cesta de consumo.

Tabela 1: Distribuição das elasticidades-renda do dispêndio para o grupo alimentação para a população de Viçosa em geral.

Grupo	POF 1991/92	POF 2005	Variação (%)
Alimentação	0,57	0,45	-21,05

Fonte: IPC-DEE.

As famílias de baixa renda, como é caso da população em estudo (abaixo de 1 salário mínimo), tendem a apresentar E_{RD} mais elevada. A alimentação no domicílio apresentou $E_{RD} = 1,44$ para esta faixa da população, o que indica uma maior variação dos dispêndios com este subgrupo, dada uma variação na renda.

Pode-se dizer, então, que um elevado percentual do orçamento gasto com bens de primeira necessidade não é um bom indicador social. Uma alta E_{RD} para bens básicos, como alimentação, identificada em determinada população – principalmente no caso de menor renda – pode indicar que as necessidades alimentares não estão sendo supridas de maneira satisfatória.

Na Tabela 2, constam os resultados dos cálculos das elasticidades-renda do dispêndio para itens de consumo domiciliar do grupo alimentação no domicílio, de acordo com dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2005. A partir desta Tabela, pode-se perceber que boa parte dos itens alimentícios se apresentou como bens normais necessários, com $0 < E_{RD} < 1$, o que demonstra que, dada uma variação na renda, haverá um aumento no dispêndio com estes bens, porém o dispêndio com estes itens não será tão sensível em relação à renda.



Tabela 2: Distribuição das elasticidades-renda do dispêndio para itens do subgrupo alimentação para a população de Viçosa com renda de até 1 salário mínimo

Itens	E_{RD}
Pães e massas	1, 195487
Leite e derivados	1, 123605
Conservas e temperos	1, 028901
Carnes e pescados	0, 928062
Hortifrutigranjeiros	0, 779678
Doces, chocolates e açúcares	0, 564776
Farinha e féculas	0, 563034
Óleos e gorduras	0, 323015
Bebidas não alcoólicas	0, 318702
Bebidas alcoólicas	0, 297909
Cereais, leguminosas e oleaginosas	0, 218200

Fonte: IPC – DEE.

Pode-se destacar que dentre estes itens que apresentaram $0 < E_{RD} < 1$, os itens hortifrutigranjeiro, carnes e pescados apresentaram E_{RD} próxima a 1, o que indica uma sensibilidade maior em relação à renda.

Já os itens que apresentaram $E_{RD} > 1$ foram: pães e massas, leite e derivados, conservas e temperos. Desta forma, um aumento percentual na renda implicará num aumento no dispêndio mais que proporcional com estes bens. Por outro lado, se houver uma queda na renda, espera-se que haja uma renúncia em maior proporção a estes bens do que os que os possuem uma E_{RD} menor.

Vale ressaltar aqui que nenhum dos itens de consumo apresentou $E_{RD} < 1$, não sendo, portanto, nenhum item classificado como um bem inferior, os quais apresentam queda no dispêndio quando há um aumento na renda.

A alta elasticidade-renda revelada para a alimentação no domicílio, bem como para alguns itens que compõem este subgrupo, indica que qualquer aumento de renda recebido pelas famílias carentes de Viçosa (com rendimento de até 1 salário mínimo) será direcionado mais que proporcionalmente para estes bens, podendo, desta forma, exercer pressão sobre a demanda interna de alimentos, o que pode estar ocorrendo não só em Viçosa, mas no Brasil como um todo.

Se este fato for considerado isoladamente talvez não seja preocupante, mas somado a isso o cenário internacional de expansão de demanda global e alta inflacionária para produtos alimentícios, num prazo maior, pode-se contribuir para aumentar ainda mais a inflação de alimentos, com efeitos adversos ao que se pretendia inicialmente com a criação do programa de transferência de renda e combate à fome, já que uma elevação da inflação de alimentos tende a recair muito mais sobre a população de baixa renda.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Por fim, fica-se um alerta para o comportamento de consumo que as famílias carentes terão ao receber seus recursos adicionais. A elasticidade-renda é muito importante para se entender não só o comportamento do consumo da população de acordo com o crescimento da renda, mas também para orientar o direcionamento de políticas públicas, para fazer previsões de seus possíveis impactos e também para que seja possível combater os altos níveis de desigualdade vigentes, refletidos na sociedade, principalmente, na apropriação desigual dos bens consumidos pelas famílias.

3.2. O comportamento da elasticidade – renda do dispêndio e variação no preço em 2007

Diante da preocupação de como as famílias carentes irão alocar seus recursos para o consumo, dado um aumento na renda, cabe aqui analisar se o aumento da renda das famílias carentes pode levar a um aumento no consumo de produtos que estão tendo pressão inflacionária, podendo desta forma contribuir para agravar este efeito.

Pela Tabela 3, percebe-se que a alimentação no domicílio apresentou uma inflação significativamente elevada, de 15,29% no total. Pode-se verificar que para todos os itens do subgrupo alimentação no domicílio, que apresentaram alta nos preços, a inflação registrada foi maior que a meta estabelecida pelo governo, de 4,5%. Além disso, podem-se destacar alguns produtos que apresentaram uma elevação significativa nos preços, como é o caso do item hortifrutigranjeiros, com alta de 42,05%, seguido de leite e derivados com 26,37%, e óleos e gorduras com 21,40 %, seguindo, de fato, a tendência observada em todo país.

Tabela 3: Distribuição das elasticidades-renda do dispêndio para itens do subgrupo alimentação para a população de Viçosa com renda de até 1 salário mínimo contra a variação percentual da inflação em 2007

Subgrupo/ Item	E_{RD}	Variação % em 2007
TOTAL NO DOMICÍLIO	1, 442243	15,29
Pães e massas	1, 195487	5,97
Leite e derivados	1, 123605	26,37
Conservas e temperos	1, 028901	-2,53
Carnes e pescados	0, 928062	13,54
Hortifrutigranjeiros	0, 779678	42,05
Doces, chocolates e açúcares	0, 564776	-20,32
Farinha e féculas	0, 563034	14,49
Óleos e gorduras	0, 323015	21,40
Bebidas não alcoólicas	0, 318702	6,76
Bebidas alcoólicas	0, 297909	10,53
Cereais, leguminosas e oleaginosas	0, 218200	10,54

Fonte: IPC-DEE.



A partir do comportamento das elasticidades-renda e destas variações de preços, pode-se destacar algumas relações importantes, conforme será discutido na seqüência.

Conforme já visto ao longo deste trabalho, o aumento da renda terá diferentes impactos para o consumo de acordo com o valor da E_{RD} para cada produto. Por exemplo, os produtos que apresentarem alta E_{RD} terão uma variação maior em seu dispêndio, dado um aumento na renda.

Ainda de acordo com a Tabela 3, a população de baixa renda ao receber um aumento irá direcioná-lo, principalmente, para o consumo dos itens alimentícios: pães e massas, leite e derivados, conservas e temperos, carnes e pescados, e hortifrutigranjeiros, que foram os produtos que apresentaram maiores E_{RD} . Porém, estes produtos, exceto temperos e conservas, têm também apresentado uma tendência à alta inflacionária.

Este fato torna-se preocupante, pois, justamente os produtos de maior E_{RD} , ou seja, que terão um maior incremento em sua demanda a partir de um aumento da renda, são os que estão tendo maior tendência de elevação de preços, como é o caso principalmente de leite e derivados, que apresentaram elevada E_{RD} e grande variação de preços em 2007.

Diante do cenário internacional de alta inflacionária, uma pressão sobre a demanda interna de alimentos, causada pelos programas de transferências de renda, pode contribuir para intensificar ainda mais a alta de preços, podendo, inclusive, comprometer o objetivo principal do programa.

3.3. O maior impacto inflacionário sobre a população de baixa renda

Percebe-se, na sociedade, um sentimento de que os índices de preços divulgados pelos órgãos competentes não refletem o que, de fato, as famílias experimentam em seus orçamentos domésticos.

De acordo com Boletim do DIEESE (1999), um índice de preços ao consumidor procura medir a variação de preços de um conjunto de bens e serviços que compõem os gastos de uma família. No entanto, as famílias têm gastos diferenciados devido às diferenças de renda, faixa etária, ciclo de vida e entre outros fatores. Por isso, o padrão de consumo – que é referência para os índices de preços – não corresponde ao de uma família específica, e sim à média dos padrões das diversas famílias. É possível, então, verificar baixa taxa de inflação e, ao mesmo tempo, alta considerável no custo de vida de determinados grupos de pessoas.

A "verdadeira" taxa de inflação, segundo a percepção popular, pode ser mais alta que a apontada pelos índices gerais. A inflação terá impacto diferenciado, principalmente devido às variações na renda, pois para cada nível há uma composição distinta de bens na cesta de consumo. Ou seja, cada família irá sentir os efeitos da inflação de maneira diferente.

As famílias de classe de renda baixa têm nos alimentos, principalmente os mais populares, um peso muito maior do que aquele obtido caso a amostra fosse feita entre membros de família com maior poder aquisitivo, os quais têm importância menor na sua pauta de consumo, uma vez que itens como lazer, cultura e educação consomem em



maior proporção o orçamento doméstico (DIAS *et. al.*, 2007), ou seja, podem direcionar o seu orçamento para outras áreas de sobrevivência que não sejam as básicas e que lhes dão maior satisfação. As famílias de renda mais baixas têm uma cesta de consumo menos diversificada, tendendo a concentrar a maior parte do seu orçamento no grupo alimentação.

Em 2007, o reajuste dos alimentos fez a inflação ter maior impacto sobre as famílias mais pobres, uma vez que estes consumidores estão muito mais expostos aos fortes aumentos de preços de itens alimentares, devido à elevada frequência com que estes produtos são adquiridos. Os alimentos tiveram alta de 11,91%, enquanto os produtos não alimentícios aumentaram 2,63%. Dessa forma, pode-se dizer que a inflação no ano de 2007 foi desfavorável aos pobres porque a alta dos preços incidiu mais sobre os itens indispensáveis do que sobre os de segunda necessidade.

A FGV constatou que o IPC – 1 a 2,5 mínimos, para as famílias de baixa renda – nos quatro anos para os quais foi calculado, pela primeira vez superou com folga o IPC total – 1 a 33 mínimos. A principal razão deste afastamento entre os índices é o peso do grupo alimentação. Para as famílias mais pobres, a chamada inflação de alimentos respondeu por 72% do resultado global no ano passado, ante 61% no IPC – um a 33 mínimos. A FGV concluiu que as famílias brasileiras com renda entre 1 e 2,5 salários mínimos foram as mais afetadas pelos aumentos nos preços dos alimentos no ano passado.

Se levado ao máximo de rigor, pode-se afirmar que para cada classe de renda distinta tem-se um índice de preços. As pessoas de baixa renda gastam, em média, maior parte de seu orçamento com itens de necessidade do que com itens de luxo. Assim, se o preço das necessidades aumenta mais rapidamente que o dos itens de luxo, os pobres são mais afetados que os não-pobres. Sendo assim, as ponderações devem variar em função dos rendimentos de cada faixa da população. (KAKWANI e SON, 2006).

Por outro lado, a inflação tende ainda a gerar maiores impactos sobre os pobres no sentido de que estes estão muito mais expostos às variações de preços, sem ter mecanismos para proteger os seus rendimentos. A inflação irá causar perdas no valor real dos salários dos pobres após seu pagamento, enquanto os relativamente ricos têm muito mais facilidade de proteger seus rendimentos da erosão inflacionária, colocando-os em fundos bancários, por exemplo.

A inflação é, inclusive, um risco ao bom desempenho do PBF, pois os recursos transferidos em forma monetária sofrem perda com a inflação, principalmente se esta for em gêneros alimentícios, já que boa parte dos recursos das famílias carentes tendem a se voltar para esse grupo de consumo.

Por fim, pode-se concluir que o aumento da inflação é um reflexo direto da crise financeira mundial, atingindo o Brasil e principalmente a população trabalhadora, pertencente à classe de renda baixa, pois o aumento foi registrado, em especial, para os alimentos que são do grupo de gêneros de primeira necessidade, mais consumidos pela população. Nesse ínterim, a inflação de 2007 pode parecer, para as classes mais baixas, ainda maior do que efetivamente foi, devido à maior exposição dos consumidores aos fortes aumentos de preços de itens alimentares.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências apresentadas neste trabalho confirmam a hipótese de que a expansão da renda afetará de forma significativa o comportamento de consumo de alimentos na classe de renda baixa, na qual os recursos transferidos serão utilizados prioritariamente para as necessidades alimentícias.

Pelos resultados, confirmou-se que as famílias de baixa renda tendem a apresentar E_{RD} elevada para a alimentação no domicílio. Esta alta E_{RD} revelada para este subgrupo, bem como para alguns itens que o compõe, indica que qualquer aumento de renda dado às famílias carentes de Viçosa será direcionado mais que proporcionalmente para estes bens, podendo desta forma, exercer pressão sobre a demanda interna de alimentos, o que pode estar ocorrendo não só em Viçosa, mas no Brasil como um todo.

Algumas relações importantes foram tiradas a partir do comportamento das E_{RD} e das variações de preços. Porém, estes resultados mostram-se preocupantes, pois, justamente os produtos de maior E_{RD} , ou seja, que terão um maior incremento em sua demanda a partir de um aumento da renda, são os que estão tendo maior tendência de elevação de preços, como é o caso principalmente de leite e derivados, que apresentaram elevadas E_{RD} e grande variação de preços em 2007.

Fica-se, então, um alerta para o comportamento de consumo que as famílias carentes terão ao receber recursos adicionais provenientes dos programas de transferências de renda. Essa pressão sobre a demanda devido à renda adicional, se considerada isoladamente, talvez não seja preocupante, mas diante do cenário internacional de expansão de demanda global e alta inflacionária para produtos alimentícios, pode contribuir para intensificar ainda mais a alta de preços, podendo, inclusive, comprometer o objetivo principal do programa, o de combater a fome.

Por fim, destacou-se o fato de que a inflação tem impactos diferenciados, pois para cada nível de renda há uma composição distinta de bens na cesta de consumo. Portanto, uma alta inflacionária em gêneros alimentícios merece atenção dos formuladores de políticas públicas, já que esta tende a recair principalmente sobre as famílias de baixa renda.

Vale destacar que este estudo do comportamento do consumo da população de acordo com o crescimento da renda é importante não só para orientar o direcionamento de políticas públicas, mas também para fazer previsões acerca de seus possíveis impactos, para que seja possível combater os altos níveis de desigualdade vigentes na sociedade refletidos, principalmente, na apropriação desigual dos bens consumidos pelas famílias.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAS, J. **Soja deve promover inflação nos preços de alimentos.** 2007 <<http://blog.controversia.com.br/2007>> (Acesso em: 18/02/2008)
- BURLANDY, L., **Transferência Condicionada de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional.** Ciênc. saúde coletiva vol.12 no.6. Rio de Janeiro: 2007. <<http://www.scielo.br/scielo>> (Acesso em: 13/02/2008)
- CAUSA OPERÁRIA *on line* 2008. **Está armada a bomba-relógio da inflação para a economia mundial.** <http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php> (Acesso em: 17/02/2008)
- DIAS, A. C., FONSECA, L. S., FRANCO, C. S. **Inflação, Índices de preços e percepção da inflação.** 2007 <<http://apl.unisuam.edu.br/augustus/artigo>> (Acesso em: 10/02/2008)
- DIEESE – **Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos** – Boletim econômico, 2008 <<http://www.dieese.org.br>> (Acesso em: 20/02/2008)
- IBRE - **Instituto Brasileiro de Economia** – FGV <<http://www.ibre.fgv.br>> (Acesso em: 01/02/2008)
- IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** <<http://www.ibge.gov.br>> (Acesso em: 15/02/2008)
- KAKWANI, N., SON, H. **A Inflação foi Antipobre entre 1999 e 2006.** <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais>> (Acesso em: 20/02/2008)
- MARQUES, E. **Sobre a Evolução Recente da Inflação de Alimentos.** Comentário Macroeconômico – 2007 <<http://www.opportunity.com.br/Comunicacao/comentario>> (Acesso em: 20/02/2008)
- MARQUES, R. M. **Salário Mínimo e Desenvolvimento.** São Paulo: Instituto de Economia/UNICAMP, 2005. <<http://www.eco.unicamp.br/cesit/>> (Acesso em: 15/02/2008)
- NASSAR, A. M. **Inflação nos alimentos - dá para acreditar?** <<http://www.estado.com.br/editorias/2007>> (Acesso em: 23/02/2008)
- O ESTADO DE SÃO PAULO 2007 - NOTAS E INFORMAÇÕES. **A luz amarela da inflação.** <<http://www.estado.com.br/editorias>> (Acesso em: 19/02/2008)
- PBF - **Programa Bolsa Família.** <<http://www.mds.gov.br/programas/transferecia-de-renda>> (Acesso em: 15/02/2008)
- Relatório de Inflação.** Rio de Janeiro, 2007 <<http://www.fecomercio-rj.org.br>> (Acesso em: 17/02/2008)